

Partidos discordam e inviabilizam acordo

BRASÍLIA — A discordância entre presidentes de partidos em torno de cinco pontos dos 21 que compõem o documento — proposta do Congresso para o combate às perspectivas da hiperinflação, inviabilizou ontem a conclusão dos entendimentos dos parlamentares sobre a matéria. A política salarial, a dívida interna, a dívida externa, a política de preços e a liberação das importações revelaram-se pontos polêmicos contra a expectativa do presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), que esperava conseguir ainda ontem a assinatura dos articuladores do pacto no documento.

A polêmica em torno da política salarial surgiu devido a proposta de correção real dos salários pelo BTN fiscal, defendida pelo PMDB e PFL, representados pelos deputados Osmundo Rebouças, senador Ronan Tito e deputado Benito Gama. O representante do PRN, deputado Arnaldo Faria de Sá admite a correção apenas para o período entre o vencimento e o pagamento dos salários, enquanto o deputado José Serra (PSDB-SP) concorda com a correção diária, "apenas como uma forma de defesa dos vencimentos em uma economia já em estágio de hiperinflação".

A negociação voluntária dos prazos de resgate dos títulos da dívida públi-

ca, como forma de alongar o perfil deste débito, entrou em confronto com a proposta da Fiesp de que o Congresso garanta o pagamento dos títulos na data apazado. O debate sobre a suspensão ou não do pagamento da dívida externa gerou troca de palavras entre o deputado José Serra, contrário a suspensão dos pagamentos e o representante do PTB, José Carlos de Assis, defensor da medida.

A liberação das importações foi condicionada pelo representante do PL, deputado Álvaro Vale, a uma garantia de que as compras se limitem aos bens de capitais. Quanto ao reajuste periódico das tarifas públicas, a reação contrária coube ao deputado Arnaldo Faria de Sá, que considerou a medida inflacionária.

Apesar dos desentendimentos, houve consenso quanto a uma série de medidas, como a extinção de órgãos públicos, demissões de funcionários, suspensão dos incentivos e subsídios até março de 1990, combate à sonegação fiscal, criação de uma terceira faixa do imposto de renda até o limite de 50% e renegociação da dívida externa tendo como parâmetro a manutenção das reservas cambiais num nível equivalente a quatro meses de importação ou US\$ 6 bilhões.